

A LAUDATO SI¹: UM NOVO, NECESSÁRIO E APROFUNDADO OLHAR SOBRE A CRISE SOCIOAMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Marise Costa de Souza Duarte^{2}*

RESUMO

O texto se propõe a expor os principais aspectos da Carta Encíclica *Laudato Si*, conhecida como Encíclica Verde, publicada, em 2015, pela Igreja Católica; documento que veio trazer à tona a crise socioambiental contemporânea, chamando a atenção de todos – católicos ou não – sobre a importância e urgência no cuidado com o ambiente e com o elemento humano; revelando, de modo incontestável, a interdependência entre pobreza e meio ambiente. Objetiva contribuir para o inevitável debate que se deve travar sobre o tema, especialmente no âmbito da academia, lócus privilegiado do conhecimento e da formação social.

Palavras-chave: Sociedade. Crise Socioambiental. *Laudato Si*. Encíclica Verde.

1 Tradução em português: Louvado Seja.

2 Professora Adjunta do Departamento de Direito Público da UFRN, Procuradora Municipal de Natal/RN, Doutora em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFRN (Área de concentração: Urbanização, Projetos e Políticas Físico-Territoriais), com estágio de doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-Portugal; Mestre em Direito Público - DPU/UFRN, Graduada e Especialista em Serviço Social - DESSO/UFRN.

ABSTRACT

The text proposes to expose the main aspects of the Encyclical Letter *Laudato Si*, known as an encyclical about environment (*Green Encyclical*), published in 2015 by the Catholic Church; a document that brought to light the contemporary social and environmental crisis, drawing the attention of all – catholics or not – about the importance and urgency of caring for the environment and the human element; revealing, unquestionably, the interdependence between poverty and the environment. It aims to contribute to the inevitable discussion on the subject, especially in the field of academy, a privileged *locus* of knowledge and social formation.

Keywords: Society. Social-environmental Crisis. *Laudato Si*. Green Encyclical.

1. INTRODUÇÃO

Chegando aos meados da segunda década do século XXI temos, em grande parte do Planeta, um acirramento dos problemas ambientais e sociais surgidos a partir da segunda metade do século XX; o que suscita a necessidade de olharmos atentamente para o cenário posto e buscar formas de enfrentamento.

Sem descurar dos graves problemas que afligem a Humanidade na atualidade, destaca-se, no campo ambiental, os graves problemas de escassez de água (em quantidade e qualidade) e de disposição do lixo, associados aos inegáveis efeitos das mudanças climáticas; enquanto no âmbito social, indiscutivelmente, se coloca o alarmante problema dos refugiados políticos, que ganhou enorme visibilidade no ano de 2015. Ainda que os efeitos desses problemas ambientais e sociais sejam sentidos pela sociedade em geral, não se pode negar que as classes sociais mais pobres são afetadas com maior intensidade.

Por outro lado, já temos, na seara do Direito Internacional, diversas normas voltadas à proteção dos direitos humanos e ao meio ambiente; que garantiriam, se adotadas pelos países compromissários, uma realidade social mais equânime e um ambiente (urbano e rural) equilibrado, onde os recursos naturais pudessem garantir tanto a qualidade de vida das atuais como das futuras gerações.

Ciente de que a problemática social e ambiental vivenciada na contemporaneidade deriva de uma teia de fatores, dentre os quais os

econômicos e políticos se revelam mais expressivos, se exige uma profunda reflexão sobre o estágio de evolução no qual se encontra a Humanidade, onde as questões sociais e ambientais (que aqui passaremos a denominar socioambientais) se colocam como centrais, ainda que muitas vezes não sejam vistas nem postas como tais nas discussões políticas e no campo das políticas econômicas.

Enxergando essa realidade e refletindo profundamente sobre ela, um recente documento publicado, em 2015, pela Igreja Católica – a Carta Encíclica *Laudato Si* sobre o Cuidado da Casa Comum, também conhecida como Encíclica Verde – veio trazer à tona a crise socioambiental contemporânea; chamando a atenção de todos – católicos ou não – sobre a importância e urgência do cuidado com o ambiente e com o elemento humano; revelando, de modo incontestável, a interdependência entre pobreza e meio ambiente.

Colocando a questão da finitude e esgotabilidade dos recursos naturais no Planeta (visto como a nossa casa comum) e a falta de cuidado dos indivíduos com o ambiente em que vivem e do qual fazem parte, o documento chama a atenção para a necessidade de uma mudança radical no comportamento da Humanidade a partir da constatação de que, se não atrelados ao progresso social e moral, a evolução científica e tecnológica e o desenvolvimento econômico se voltarão contra o próprio indivíduo.

Destacando-se a riqueza e profundidade do documento – que, mais que ser o magistério social da Igreja Católica, se coloca como um verdadeiro instrumento educativo para a tomada de consciência e ação em face da crise socioambiental que permeia a vida do Planeta – iremos aqui pontuar seus principais aspectos, de modo a contribuir para o inevitável debate que se deve travar, especialmente no âmbito da academia, locus privilegiado do conhecimento e da formação social

O texto foi construído a partir da leitura completa da Encíclica *Laudato Si* e a seleção, sob o nosso olhar, de seus principais aspectos. Ciente de que a exposição que passa a ser realizada certamente não possui o mérito de pontuar todas as ideias contidas na Carta Papal, o esforço despendido teve como principal objetivo possibilitar uma primeira aproximação com o documento, entendido como um grande marco de tratamento teórico da questão socioambiental contemporânea.

2. QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS CENTRAIS

Posicionando-se com relação a cada uma das questões que passarão a ser expostas, destaca-se, preliminarmente, que o documento elege eixos que, segundo se encontra ali consignado, atravessam a Encíclica inteira; como:

a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do Planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta dum novo estilo de vida. [(PAPA FRANCISCO, 2015, P.15)].

Como questões socioambientais centrais, a Encíclica *Laudato Si* traz à tona: o problema da poluição e das mudanças climáticas; a questão da água; a perda de biodiversidade; a deterioração da qualidade de vida humana e degradação social e a desigualdade planetária.

a) Sobre a poluição e o clima

Com relação ao problema da poluição e mudanças climáticas, o documento chama atenção para a questão da produção desmedida de resíduos associada à cultura do descarte. Lembra que a exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta gama de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, provocando milhões de mortes prematuras. Nesse contexto, destaca que:

ainda não se conseguiu adotar um modelo circular de produção que assegure recursos para todos e para as gerações futuras e que exige limitar, o mais possível, o uso dos recursos não-renováveis, moderando o seu consumo, maximizando a eficiência no seu aproveitamento, reutilizando e reciclando-os. [(PAPA FRANCISCO, 2015, P.20)].

Colocando a questão do clima (visto como bem comum) como um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e políticas, e um dos principais desafios para o Planeta, conclama a Humanidade à tomada de consciência quanto à necessidade de mudanças de estilos de vida, de produção e de consumo; lembrando que a alta concentração de gases de efeito de estufa (dióxido de carbono, metano, óxido de azoto, e outros) na atmosfera deriva do modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo de combustíveis fósseis, que está no centro do sistema energético mundial. Nesse contexto, o Papa lembra da prática crescente de desflorestamento e da

mudança na utilização do solo principalmente para monocultura agrícola; o que incide sobre a disponibilidade dos recursos naturais, com forte impacto na biodiversidade do Planeta. Alia-se a esse quadro o aumento do nível do mar, o que, conforme pontua o documento, pode criar situações de extrema gravidade, considerando que 1/4 da população mundial vive à beira-mar ou muito perto dele, e a maior parte das megacidades estão situadas em áreas costeiras.

Quanto aos efeitos das mudanças climáticas sobre os países em desenvolvimento e as populações mais fragilizadas economicamente, o documento lembra que tais camadas sociais vivem, muitas vezes, em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados com o aquecimento global, e os seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos chamados serviços do ecossistema, como: a agricultura, a pesca e os recursos florestais. Destaca-se, ainda, que, por não possuírem disponibilidade econômica nem recursos que lhes permitam adaptar-se aos impactos climáticos ou enfrentar situações catastróficas, e por gozarem de reduzido acesso a serviços sociais e de proteção, tais populações se colocam bastante vulneráveis às consequências das alterações climáticas.

b) Sobre a água

A questão da água também se coloca, naquele documento, como um grande problema de caráter socioambiental. Colocando em pauta a importância da água potável e limpa para a vida humana e para a sustentabilidade dos ecossistemas terrestres e aquáticos; o documento levanta a carência desse recurso, notadamente em grandes cidades e no caso da população mais pobre, que, em geral, não tem acesso ao mesmo, em qualidade e quantidade suficiente, o que termina por trazer consequências mais graves às crianças. Em paralelo, é destacado que, em alguns lugares, cresce a tendência para se privatizar este recurso escasso, tornando-se uma mercadoria sujeita às leis do mercado; fato que suscita a constatação de que “o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos” [(PAPA FRANCISCO, 2015, P.26)].

c) Quanto à biodiversidade

Colocando a perda de biodiversidade como decorrência de formas imediatistas de entender a economia e a atividade comercial e

produtiva (onde o uso de agrotóxicos é um forte exemplo); o documento pontua que tal perda “implica simultaneamente a perda de espécies que poderiam constituir, no futuro, recursos extremamente importantes, não só para a alimentação mas também para a cura de doenças e vários serviços”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, P.27)].

Nesse cenário, a Encíclica pontua a ausência de análise cuidadosa dos impactos das atividades econômicas na biodiversidade (muitas vezes analisando-se apenas efeitos pontuais no solo, na água e no ar); o que termina por afetar, irremediavelmente, a existência de muitas espécies da flora e da fauna, essenciais para o equilíbrio dos ecossistemas. A transformação de zonas úmidas em terrenos agrícolas, o desaparecimento dos ecossistemas constituídos por manguezais e a extração descontrolada dos recursos pesqueiros *são* colocados na Carta como exemplos dos efeitos desastrosos dessa falta de cuidado com a biodiversidade no ambiente terrestre ou aquático.

d) Quanto à deterioração da qualidade de vida humana e a degradação social

Postas tais principais questões, o documento vem dar visibilidade à deterioração da qualidade de vida humana e degradação social como efeitos da degradação ambiental decorrente do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas.

Colocando em tela a insustentabilidade que se constata em muitas cidades do Planeta, o documento pontua como mazelas: a poluição proveniente de emissões tóxicas, os problemas de transporte, a poluição visual e acústica, o excesso de consumo de energia e água, a falta de espaços verdes suficientes associada à privatização dos espaços públicos, em contraponto a locais de especial beleza em áreas seguras e privatizadas.

Como componentes sociais da mudança global, que derivam dos efeitos de algumas inovações tecnológicas no âmbito laboral, é destacada: a exclusão social, a desigualdade no fornecimento e consumo da energia e outros serviços, a fragmentação social, o aumento da violência e o aparecimento de novas formas de agressividade social, o narcotráfico e o consumo crescente de drogas entre os mais jovens, associado à perda de identidade. Tais principais evidências demonstram, conforme o documento, que “o crescimento nos últimos dois séculos não significou, em todos os seus aspectos, um verdadeiro progresso integral e uma melhoria da qualidade de vida”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, P.35)].

e) Sobre a desigualdade planetária

Realizando uma análise integrada entre a degradação ambiental e a degradação social, o documento prescreve que “não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social”; a partir da principal constatação de que a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do Planeta. Como exemplos claros dessa inter-relação, destaca que:

o esgotamento das reservas pesqueiras prejudica especialmente as pessoas que vivem da pesca artesanal e não possuem qualquer maneira de a substituir, a poluição da água afeta particularmente os mais pobres que não têm possibilidades de comprar água engarrafada, e a elevação do nível do mar afeta principalmente as populações costeiras mais pobres que não têm para onde se transferir. O impacto dos desequilíbrios atuais manifesta-se também na morte prematura de muitos pobres, nos conflitos gerados pela falta de recursos e em muitos outros problemas que não têm espaço suficiente nas agendas mundiais. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 38)]

No mesmo caminho, o documento pontua a enorme desigualdade entre classes (o que parece revelar, na prática, que alguns se sintam mais humanos que outros, como se tivessem nascido com maiores direitos), vez que, enquanto alguns vivem um ambiente de miséria degradante, sem quaisquer possibilidades de melhoria, outros não sabem sequer o que fazer com o que têm, ostentando vaidosamente uma suposta superioridade e deixando atrás de si um nível de desperdício tal que seria impossível generalizar sem destruir o Planeta.

Diante dessas constatações, o Pontífice traz o inevitável reconhecimento de que “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.39)]

Isso obriga, segundo a Carta Papal, a pensar numa ética das relações internacionais; o que releva uma verdadeira dívida ecológica, particularmente entre os países do Norte e os países do Sul, ligada a desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico e com o uso desproporcionado dos recursos naturais efetuado historicamente por alguns países. Nisso se inclui os danos causados pela exportação de

resíduos sólidos e líquidos tóxicos para os países em desenvolvimento e pela atividade poluente de empresas que fazem nos países menos desenvolvidos aquilo que não podem fazer nos países que lhes dão o capital.

Como resultado, conforme análise do Papa, surgem, muitas vezes, graves danos humanos e ambientais, como: desemprego, aldeias sem vida, esgotamento de reservas naturais, desflorestamento, empobrecimento da agricultura e pecuária local, crateras, colinas devastadas, rios poluídos e qualquer obra social que já não se pode sustentar, quando aquelas empresas se retiram.

Nesse contexto, o documento traz a previsibilidade de que o esgotamento de alguns recursos pode contribuir para o surgimento de novas guerras, que causem danos graves ao meio ambiente e à riqueza cultural dos povos; o que se agrava quando se pensa em energia nuclear e armas biológicas.

Diante da fragilidade econômica, institucional e tecnológica das regiões e países mais pobres, é necessário, conforme pontua o documento, que os países desenvolvidos contribuam para resolver essa dívida social e ambiental.

3. QUESTÕES CORRELACIONADAS

No contexto das questões socioambientais levantadas, a Carta Papal suscita alguns aspectos que contribuem decisivamente para a manutenção do quadro de crise socioambiental posto na sociedade contemporânea; como o que denomina fraqueza das reações, onde se insere a fraqueza da reação política internacional (muitas vezes submissa ao setor financeiro e tecnológico). Nessa análise destaca a ausência da cultura necessária para enfrentar a crise socioambiental instalada e a necessidade de construir lideranças que tracem caminhos, procurando dar resposta às necessidades das gerações atuais, considerando os direitos das gerações futuras. Para tanto, julga indispensável:

a criação de um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecno-econômico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e a justiça". [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.43)]

Por outro lado, a Encíclica destaca três questões que se colocam absolutamente interligadas: paz, justiça e conservação da criação, que,

conforme posto naquele documento, não poderão ser tratadas individualmente.

Na análise realizada, tratando sobre o destino comum dos bens, o Pontífice lembra que a tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada, e salientou a função social de qualquer forma de propriedade privada. Reportando-se à consequências práticas dessa premissa, lembra o que foi explicitado pelos bispos do Paraguai:

Cada camponês tem direito natural de possuir um lote razoável de terra, onde possa estabelecer o seu lar, trabalhar para a subsistência da sua família e gozar de segurança existencial. Este direito deve ser de tal forma garantido, que o seu exercício não seja ilusório mas real. Isto significa que, além do título de propriedade, o camponês deve contar com meios de formação técnica, empréstimos, seguros e acesso ao mercado. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.74)]

No que se refere ao meio ambiente, a Encíclica lembra ser o mesmo um bem coletivo, patrimônio de toda a Humanidade e responsabilidade de todos; de modo que, aquele que possui uma parte desse bem deve administrá-la em benefício de todos.

4. A CRISE ECOLÓGICA E O COMPORTAMENTO HUMANO

Invocando o magistério do Papa João Paulo II, a *Laudato Si* coloca em pauta a inter-relação entre o cuidado/melhoria do ambiente no Planeta com as mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo e nas estruturas consolidadas de poder que regem as sociedades; o que é posto como imprescindível na contemporaneidade.

Nesse sentido, propõe que se dê atenção ao paradigma tecnocrático dominante que guia o ser humano e sua ação no mundo. Reconhecendo o enorme poder da tecnologia, traz a preocupação com a falta de uma formação e desenvolvimento humanos para o uso desse poder.

Destacando a globalização do paradigma tecnocrático, suscita a atenção para a ideia de crescimento infinito ou ilimitado, que tanto entusiasmou os economistas, os teóricos das finanças e da tecnologia, desconsiderando a fragilidade dos bens naturais.

Reconhecendo a não neutralidade dos produtos da técnica e sua influência no condicionamento de estilos de vida, diz que o paradigma tecnocrático tende a exercer seu domínio também sobre a economia e a política; que, postas em função do lucro, desconsideram as consequências negativas para o ser humano.

Colocando em pauta o discurso de que a economia e a tecnologia resolverão os problemas ambientais e que os problemas da fome e da miséria no mundo serão resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado, diz que o mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social.

Conforme a Carta Papal, se, por um lado, se tem um “super-desenvolvimento dissipador e consumista”, por outro se constata, de modo inadmissível, “situações de miséria desumanizadora”; que, como destaca, não são enfrentadas de forma eficiente pelas instituições econômicas e programas sociais [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 86)].

Ainda na análise do comportamento humano, a fragmentação do saber é posta, pelo Pontífice, como um fator que, de forma frequente, leva a perda do sentido da totalidade, das relações que existem entre as coisas e do horizonte alargado que se necessita para a devida compreensão da vida e do ambiente que a cerca. Nesse contexto, traz à tona sintomas que demonstram o equívoco do paradigma dominante que guia a sociedade na contemporaneidade, quais sejam: a degradação ambiental, a ansiedade, a perda do sentido da vida e da convivência social. Nas lúcidas palavras do Papa:

A cultura ecológica não se pode reduzir a uma série de respostas urgentes e parciais para os problemas que vão surgindo à volta da degradação ambiental, do esgotamento das reservas naturais e da poluição. Deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático. Caso contrário, até as melhores iniciativas ecologistas podem acabar bloqueadas na mesma lógica globalizada. Buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial.

(...)

Todavia é possível voltar a ampliar o olhar, e a liberdade humana é capaz de limitar a técnica, orientá-la e colocá-la ao serviço doutro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.87-88)]

Colocando-se diante dessa realidade, a Encíclica suscita a urgência de se avançar numa “corajosa revolução cultural”, que seja capaz de:

abrandar a marcha para olhar a realidade doutra forma, recolher os avanços positivos e sustentáveis e ao mesmo tempo recuperar os valores e os grandes objetivos arrasados por um desenvolvimento megalómano. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 89)]

Trazendo à análise o que denomina de “crise do antropocentrismo moderno e suas consequências”, e partindo da ideia de que “a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade”, a Encíclica coloca a importância de se curar todas as relações humanas fundamentais, onde se incluem alguns caminhos, como o descarte da cultura do relativismo prático (que reduz as pessoas a objeto) e a exigência de defesa do trabalho (necessidade intrínseca à natureza humana, que faz parte do sentido da vida, do desenvolvimento humano e da realização pessoal) diante de uma economia centrada na busca do progresso tecnológico direcionado à diminuição dos custos de produção e redução de postos de trabalho.

5. O CAMINHO DA ECOLOGIA INTEGRAL (DIMENSÕES HUMANAS E SOCIAIS)

Buscando caminhos para enfrentamento da crise ecológica da atualidade, a Encíclica suscita uma reflexão sobre os diferentes elementos duma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais.

Partindo da concepção da ecologia, como o estudo das relações entre os organismos vivos e o ambiente onde se desenvolvem (numa constante inter-relação), a Encíclica suscita a necessidade de se refletir e discutir sobre as condições de vida e de sobrevivência duma sociedade, colocando em pauta a questão dos modelos de desenvolvimento, produção e consumo.

Assim, destacando que não existem duas crises separadas (uma ambiental e outra social), mas uma única e complexa crise socioambiental, o documento coloca a importância de se buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Nesse sentido, as diretrizes para a solução dessa crise requerem, segundo a Carta, uma abordagem integral para “combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 108)]

Nesse contexto, o documento chama a atenção para uma necessária ecologia econômica, capaz de induzir a considerar a realidade de forma mais ampla, onde a proteção do meio ambiente se constitua parte integrante do processo de desenvolvimento, não sendo considerada de forma isolada. Na mesma análise, destaca a importância da ecologia social, que traz a ideia de que o estado de saúde das instituições sociais (desde à família à comunidade internacional) tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana.

Como mais um aspecto da integralidade da ecologia, tem-se, nos termos da Carta Papal, a necessidade de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural, que traz como essência a necessidade de se salvaguardar as identidades culturais originais das comunidades e o cuidado com as riquezas culturais da Humanidade, no seu sentido mais amplo; o que traduz a essência de uma ecologia cultural, que deve se colocar em contraposição à:

visão consumista do ser humano, incentivada pelos mecanismos da economia globalizada atual que tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da Humanidade. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 110)]

Nesse contexto, o documento coloca a necessidade de, ao invés de se homogeneizar ações e soluções, se ter em conta a complexidade das problemáticas locais, que requerem a participação ativa dos habitantes a partir de suas realidades concretas.

Completando a visão da integralidade da ecologia, o Pontífice chama a atenção para a ecologia da vida cotidiana, que se refere aos comportamentos e ações adotadas nos espaços onde as pessoas vivem (considerando que os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir). Segundo o documento:

Dada a relação entre os espaços urbanizados e o comportamento humano, aqueles que projetam edifícios, bairros, espaços públicos e cidades precisam da contribuição dos vários saberes que permitem compreender os processos, o simbolismo e os comportamentos das pessoas. Não é suficiente a busca da beleza no projeto, porque tem ainda mais valor servir outro tipo de beleza: a qualidade de vida das pessoas, a sua harmonia com o ambiente, o encontro e ajuda mútua. Por isso também, é tão importante que o ponto de vista dos habitantes do lugar contribua sempre para a análise da planificação urbanista. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.116)]

A partir dessa compreensão, o Pontífice considera a necessidade de cuidar dos espaços comuns, dos marcos visuais e das estruturas urbanas que melhoram o sentido de pertencimento, a sensação de enraizamento, o sentimento de “estar em casa dentro da cidade que nos envolve e une” (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 117); destacando que

toda a intervenção na paisagem urbana ou rural deveria considerar que os diferentes elementos do lugar formam um todo, sentido pelos habitantes como um contexto coerente com a sua riqueza de significados. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 117)]

Nesse contexto, a Encíclica considera como questão central da ecologia humana, o grave problema de falta de habitação que se verifica em muitas partes do mundo, destacando a importância da propriedade da casa para a dignidade das pessoas e o desenvolvimento das famílias. Sobre esse tema, diz o Papa que “se num lugar concreto já se desenvolveram aglomerados caóticos de casas precárias, trata-se primariamente de urbanizar estes bairros, não de erradicar e expulsar os habitantes” (PAPA FRANCISCO, 2015, p.118); o que demonstra sua sensibilidade para o grave problema das frequentes remoções de comunidades situadas em áreas precárias em várias partes do mundo. Nessa mesma análise aponta, ainda, para a necessária criatividade de se integrar bairros precários numa cidade acolhedora, possibilitando o convívio e a integração dos diferentes (o que considera um novo fator de progresso).

Compondo seu magistral pensamento sobre a ecologia da vida cotidiana, o Pontífice ainda destaca a questão do transporte nos centros urbanos e necessidade de se dar prioridade ao transporte público e sua imprescindível melhoria e, no ambiente rural, a necessidade de enfrentamento da situação de abandono e desleixo que sofrem alguns habitantes das áreas rurais, onde não chegam os serviços essenciais e onde existem trabalhadores reduzidos a situações de escravidão. Fica claro, no texto, a relação dessas questões à dignidade da pessoa humana.

Arrematando sua compreensão sobre a ecologia integral, o Pontífice considera a interconexão da mesma com a noção de bem comum; princípio que entende desempenhar um papel central e unificador na ética social e que pode ser compreendido como “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 121)]

Nesse contexto, o Pontífice diz que o bem comum “pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e

inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral”; além de exigir “dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.121)]

Considerando o quadro de desigualdade social verificado na sociedade mundial atual, onde se constata uma privação progressiva de acesso a direitos humanos fundamentais, o documento destaca que “o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 121-122)]

Diante dessa profunda reflexão, o documento conclama à prática da justiça intergeracional que, além de albergar a capacidade para pensar seriamente nas futuras gerações, suscita a necessidade de alargar o horizonte das nossas preocupações, pensando naqueles que, na atualidade, permanecem excluídos do desenvolvimento. Assim, como se encontra consignado na Encíclica, “para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 125)]

6. PERCURSO PARA O DIÁLOGO

A partir de toda a análise desenvolvida, o documento se propõe a delinear grandes percursos de diálogo para enfrentamento do quadro de autodestruição que envolve a sociedade contemporânea. Nesse sentido, propõe algumas linhas de orientação e ação.

Em um primeiro momento coloca em pauta a imprescindibilidade de um diálogo sobre o meio ambiente na política internacional. Diz o documento:

Para enfrentar os problemas de fundo, que não se podem resolver com ações de países isolados, torna-se indispensável um consenso mundial que leve, por exemplo, a programar uma agricultura sustentável e diversificada, desenvolver formas de energia renováveis e pouco poluidoras, fomentar uma maior eficiência energética, promover uma gestão mais adequada dos recursos florestais e marinhos, garantir a todos o acesso à água potável.

(..)

Sabemos que a tecnologia baseada nos combustíveis fósseis – altamente poluentes, sobretudo o carvão mas também o petróleo e, em menor medida, o gás – deve ser, progressivamente e sem demora, substituída. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.128)]

Destacando o fato de que, nas últimas décadas, as questões ambientais deram origem a um amplo debate público, que fez crescer importantes espaços de compromisso e dedicação também no âmbito da sociedade civil, a Carta Papal registra a lentidão da política e da indústria para enfrentamento de tais desafios. Consignando o importante papel do movimento ecológico mundial, o documento deixa claro que:

as cimeiras mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, por falta de decisão política, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.129)]

Nesse tema chama a atenção para o conteúdo de Declarações advindas da Conferência de Estocolmo (1972)³ e da Conferência do Rio (1992)⁴ sobre meio ambiente; dentre as quais: a obrigação de quem contaminar assumir economicamente os custos derivados; o dever de se avaliar o impacto ambiental de toda e qualquer obra ou projeto; o compromisso de se estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera para inverter a tendência do aquecimento global; uma agenda com um programa de ação e uma convenção sobre biodiversidade e a declaração sobre princípios em matéria florestal.

Contudo, registra que os acordos internacionais celebrados naqueles encontros tiveram um baixo nível de implementação, porque não se estabeleceram adequados mecanismos de controle, revisão periódica e sanção das violações; continuando, os princípios ali enunciados, a requererem caminhos eficazes e ágeis de realização prática.

O documento não deixa, entretanto, de reconhecer as experiências positivas derivadas dos debates internacionais sobre o meio ambiente, como a Convenção de Basileia sobre os resíduos perigosos; a Convenção sobre o comércio internacional das espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas de extinção e a Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio e sua respectiva implementação através do Protocolo de Montreal. Porém, o mesmo pontua que, no cuidado com a biodiversidade, com a desertificação e com o combate às mudanças climáticas, os avanços foram muito menos significativos.

3 Como foi popularmente denominada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo, na Suécia, em 1972.

4 Denominação dada à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também denominada Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Dedicando-se atenção especial à questão das mudanças climáticas, que abrange o tema da redução de gases de efeito estufa, o documento papal destaca a necessária honestidade, coragem e responsabilidade que são requeridas, sobretudo dos países mais poderosos e mais poluentes. Cita, nesse aspecto, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20⁵, onde foi emitida uma Declaração final, que considera extensa mas ineficaz e diz que “as negociações internacionais não podem avançar significativamente por causa das posições dos países que privilegiam os seus interesses nacionais sobre o bem comum global” [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 131)].

Continuando na análise desse tema, o Pontífice destaca que, para diminuição de emissão de gases poluentes, algumas estratégias indicam a internacionalização dos custos ambientais, com o perigo de impor aos países de menores recursos, pesados compromissos de redução de emissões comparáveis aos dos países mais industrializados. Segundo o documento, a imposição destas medidas penaliza os países mais necessitados de desenvolvimento; trazendo “uma nova injustiça sob a capa do cuidado do meio ambiente”. Nesse contexto, lembra da concepção das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, considerando que, como disseram os bispos da Bolívia,

os países que foram beneficiados por um alto grau de industrialização, à custa duma enorme emissão de gases com efeito de estufa, têm maior responsabilidade em contribuir para a solução dos problemas que causaram,. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 132)]

Tratando da estratégia de compra-venda de “créditos de emissão”, o Papa considera a possibilidade de ocorrer uma nova forma de especulação; que, como argumenta, não ajuda a reduzir a emissão global de gases poluentes, nem implica na mudança radical que se necessita; mas, ao contrário, pode permitir o sustento do consumo excessivo de alguns países e setores.

Nos termos postos no documento, no âmbito dos países pobres, as prioridades devem ser a erradicação da miséria e o desenvolvimento social dos seus habitantes; paralelamente ao enfrentamento do “nível escandaloso” de consumo de alguns setores privilegiados da

5 Tal Conferência, realizada pelas Organizações das Nações Unidas – ONU, no Rio de Janeiro, no ano de 2012, se coloca como o marco mais atual do debate internacional sobre a problemática socioambiental contemporânea.

população, à melhoria do combate à corrupção e ao desenvolvimento de formas menos poluentes de produção de energia (devendo, para isso, contar com a ajuda dos países que cresceram muito à custa da atual poluição do Planeta).

Nesse contexto, destaca, ainda, a prática de descarte de resíduos e instalação de indústrias altamente poluentes em países de maior fragilidade institucional e o problema crescente dos resíduos marinhos e da proteção das áreas marinhas. E considera que urge acordos internacionais que se cumpram (dada a escassa capacidade das instâncias locais para intervirem de maneira eficaz) e que estabeleçam regime de governança para toda a gama dos chamados bens comuns globais.

Colocando em pauta que, no século XXI, se assiste uma perda de poder dos Estados nacionais – sobretudo porque a dimensão econômico-financeira, de carácter transnacional, tende a prevalecer sobre a política – considera:

indispensável a maturação de instituições internacionais mais fortes e eficazmente organizadas, com autoridades designadas de maneira imparcial por meio de acordos entre os governos nacionais e dotadas de poder de sancionar. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 134)]

Percorrendo o caminho para o diálogo, o documento considera necessário que o mesmo se faça também no âmbito das políticas nacionais e locais. Entendendo que as questões relacionadas com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico também exigem atenção a essas políticas (nacionais e locais), são colocadas como funções inadiáveis de cada Estado o planejamento, a coordenação, o controle e o sancionamento dentro do respectivo território; o que implica numa regulação através do Direito, que estabelece as regras para as condutas permitidas à luz do bem comum. Conforme as palavras do Papa:

Os limites que uma sociedade sã, madura e soberana deve impor têm a ver com previsão e precaução, regulamentações adequadas, vigilância sobre a aplicação das normas, contraste da corrupção, ações de controle operacional sobre o aparecimento de efeitos não desejados dos processos de produção, e oportuna intervenção perante riscos incertos ou potenciais. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 136)]

Assim, nos termos postos no documento, uma estrutura política e institucional deve incentivar as boas práticas, estimular a criatividade que busca novos caminhos, facilitar as iniciativas pessoais e coletivas em âmbito local; enfrentando os desafios de agir, a partir de grandes princípios da agenda ambiental, pensando no bem comum a longo prazo, sem sucumbir a interesses eleitoreiros.

Considerando a insuficiência de atendimento às regras jurídicas, muitas vezes devido à corrupção, entende o Papa que se requer a ação incisiva da população, através de organismos e associações não governamentais, compelindo os governos a desenvolverem normativas, procedimentos e controles mais rigorosos. Desse modo, o controle do poder político (nacional, regional e municipal) pelos cidadãos, segundo o Pontífice, é condição para se combater os danos ambientais. Ademais, no seu pensar, “as legislações municipais podem ser mais eficazes se houver acordos entre populações vizinhas para sustentarem as mesmas políticas ambientais”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 138)]

Afirmando que não se pode pensar em receitas uniformes, já que há problemas e limites específicos de cada país ou região, o Pontífice destaca que, a nível nacional e local sempre haverá muito o que fazer; utilizando-se medidas e tecnologias voltadas, por exemplo, à poupança energética, ao favorecimento de modalidades de produção industrial com a máxima eficiência energética e menor utilização de matérias-primas e à retirada do mercado de produtos pouco eficazes (do ponto de vista energético) ou mais poluentes.

Além disso, o Pontífice considera indicada: uma boa gestão dos transportes ou técnicas de construção e reestruturação de edifícios que reduzam o seu consumo energético e o seu nível de poluição; uma ação política local orientada para a alteração do modo de consumo; o desenvolvimento de uma economia de resíduos e reciclagem, para a proteção de determinadas espécies e a programação de uma agricultura diversificada com a rotação de culturas; a melhoria agrícola de regiões pobres, através de investimentos em infraestruturas rurais; a facilitação de formas de cooperação ou de organização comunitária que defendam os interesses dos pequenos produtores e salvaguardem da predação os ecossistemas locais, além de outras medidas e ações voltadas à sustentabilidade.

Contudo, o documento destaca indispensável o elemento da continuidade, vez que, como destaca, não se podem modificar as políticas relativas às alterações climáticas e a proteção ambiental todas as vezes que muda um governo. Nesse sentido, coloca a importância da pressão da população e das instituições.

No caminho do enfrentamento da questão socioambiental o Papa ainda propõe o diálogo e transparência nos processos decisórios. Nesse percurso suscita importantes considerações, dentre as quais:

a) importância de previsão de impacto ambiental dos empreendimentos e projetos⁶ através de processos políticos transparentes e sujeitos a diálogo; elaborado de forma interdisciplinar, transparente e independente de qualquer pressão econômica ou política e unido à análise das condições de trabalho e dos possíveis efeitos na saúde física e mental das pessoas, na economia local e na segurança;

b) a necessidade de se obter consensos entre os vários atores sociais no âmbito de iniciativas econômicas com potencial poluidor; o que possibilita se colocar em pauta diferentes perspectivas, soluções e alternativas, dando-se prioridade aos moradores locais;

c) o abandono da ideia de “intervenções” sobre o meio ambiente, para dar lugar a políticas pensadas e debatidas por todas as partes interessadas;

d) a compreensão que a participação (requerida) da sociedade não se reduza à decisão inicial sobre um projeto, mas implique também em ações de controle ou monitoramento constante;

e) a sinceridade e verdade nas discussões científicas e políticas, sem se limitar a considerar o que é permitido ou não pela legislação.

Na mesma linha do diálogo e transparência, o documento destaca a necessidade de que, em se tratando de eventuais riscos para o meio ambiente que possam afetar o bem comum presente e futuro, “as decisões sejam baseadas num confronto entre riscos e benefícios previsíveis para cada opção alternativa possível” (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 141); o que, conforme o Pontífice, vale sobretudo

quando um projeto pode causar um incremento na exploração dos recursos naturais, nas emissões ou descargas, na produção de resíduos, ou então uma mudança significativa na paisagem, no habitat de espécies protegidas ou num espaço público. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p. 142)]

Considerando a cultura consumista, que dá prioridade ao curto prazo e aos interesses privados, o Papa alerta para a possibilidade de

6 O Pontífice destaca que um estudo de impacto ambiental não deveria ser posterior à elaboração de um projeto produtivo ou de qualquer política, plano ou programa.

ocorrerem análises demasiado rápidas ou a ocultação de informação no estudo de empreendimentos e iniciativas econômicas que possam ocasionar dano ao ambiente. Nesse sentido, preleciona:

Em qualquer discussão sobre um empreendimento, dever-se-ia pôr uma série de perguntas, para poder discernir se o mesmo levará a um desenvolvimento verdadeiramente integral: Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará? Neste exame, há questões que devem ter prioridade. Por exemplo, sabemos que a água é um recurso escasso e indispensável, sendo um direito fundamental que condiciona o exercício doutros direitos humanos. Isto está, sem dúvida, acima de toda a análise de impacto ambiental duma região. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.142)]

Nesse contexto traz à tona o princípio da precaução, objeto da Declaração do Rio de 1992⁷, considerando que o mesmo permite a proteção dos mais fracos (que dispõem de poucos meios para se defender) e a suspensão e modificação de um projeto que possa causar dano grave e irreversível ainda que não haja uma comprovação indiscutível

Na mesma análise, destaca a regra da inversão do ônus da prova, que tem como essência a necessidade de haver, por parte daquele que deseja realizar uma atividade ou instalar um empreendimento potencial ou efetivamente poluidor, a demonstração objetiva e contundente de que a atividade ou empreendimento proposto não vai gerar danos graves ao meio ambiente ou às pessoas que nele habitam.

Encerrando a análise a respeito do percurso para uma mudança do quadro de insustentabilidade socioambiental posto na sociedade atual, o Papa diz que a política e economia, em diálogo, devem se voltar à plenitude humana (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 144). Nesse sentido, preleciona que “a política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia”. (PAPA FRANCISCO, 2015, p. 144). Lembra, nessa análise, que:

a salvação dos bancos a todo o custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem

7 Segundo o qual “quando existem ameaças de danos graves ou irreversíveis, a falta de certezas científicas absolutas não poderá constituir um motivo para adiar a adoção de medidas eficazes”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.142-143)].

futuro e só poderá gerar novas crises depois duma longa, custosa e aparente cura. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.144)]

Trazendo à tona as crises financeiras dos anos 2007 e 2008, diz, o Pontífice, que ali se colocava o momento para o desenvolvimento de uma nova economia, mais atenta aos princípios éticos e a uma nova regulamentação da atividade financeira especulativa e da riqueza virtual; o que não ocorreu pois, segundo o mesmo, não houve uma reação que fizesse repensar os critérios obsoletos que continuam a governar o mundo. Aduzindo a irracionalidade que muitas vezes ocorre no setor produtivo, o Papa considera que não se enfrenta, com energia, o problema da economia real,

aquela que torna possível, por exemplo, que se diversifique e melhore a produção, que as empresas funcionem adequadamente, que as pequenas e médias empresas se desenvolvam e criem postos de trabalho. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.147)]

Nessa análise, a Carta Papal convida todos ao convencimento de que reduzir um determinado ritmo de produção e consumo, pode dar lugar a outra modalidade de progresso e desenvolvimento. E que os esforços para um uso sustentável dos recursos naturais não podem se considerados gasto inútil, mas um investimento que poderá proporcionar outros benefícios económicos a médio prazo.

Nesse caminho, diz, o Pontífice, que se trata de abrir caminho a oportunidades diferentes, o que não implica em limitar a criatividade humana nem o seu sonho de progresso, mas em orientar esta energia por novos canais e novas formas de desenvolvimento sustentável e equitativo. Devendo-se, inclusive, aceitar um certo decréscimo do consumo em algumas partes do mundo, com o fornecimento de recursos para que se possa crescer de forma saudável noutras partes. Nesse aspecto, o Papa Francisco enfatiza não ser suficiente conciliar, a meio termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro, ou a preservação do meio ambiente com o progresso; vez que os meios-termos, nesse campo, são apenas um pequeno adiamento do colapso. Em suas precisas palavras:

Trata-se simplesmente de redefinir o progresso. Um desenvolvimento tecnológico e económico, que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não se pode considerar progresso. Além disso, muitas vezes a qualidade real de vida das pessoas diminui – pela deterioração do

ambiente, a baixa qualidade dos produtos alimentares ou o esgotamento de alguns recursos – no contexto dum crescimento da economia. Então, muitas vezes, o discurso do crescimento sustentável torna-se um diversivo e um meio de justificação que absorve valores do discurso ecologista dentro da lógica da finança e da tecnocracia, e a responsabilidade social e ambiental das empresas reduz-se, na maior parte dos casos, a uma série de ações de publicidade e imagem. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.148-149)]

Diante dessa análise, considera uma distorção conceitual o princípio da maximização do lucro que tende a ignorar os custos sociais e ambientais⁸ desde que se aumente a produção. Diz, assim, que só se poderia considerar ético um comportamento em que os custos económicos e sociais derivados do uso dos recursos ambientais comuns fossem reconhecidos de maneira transparente e plenamente suportados por quem deles usufrui e não por outras populações nem pelas gerações futuras.

Indagando o lugar da política, e considerando que a própria política é muitas vezes responsável pelo seu próprio descrédito (devido à corrupção e à falta de boas políticas públicas), o Papa diz que precisamos de uma política “que pense com visão ampla e leve por diante uma reformulação integral, abrangendo num diálogo interdisciplinar os vários aspectos da crise” (PAPA FRANCISCO, 2015, p.150-151); não deixando espaço para que alguns grupos económicos se apropriem do poder do Estado, se apresentando como benfeitores⁹. Nesse sentido, diz que

uma estratégia de mudança real exige repensar a totalidade dos processos, pois não basta incluir considerações ecológicas superficiais enquanto não se puser em discussão a lógica subjacente à cultura atual”. [(PAPA FRANCISCO, 2015, p.151)]

Considerando que uma política sã deveria ser capaz de assumir esse desafio, e suscitando a necessidade de um diálogo das religiões com as ciências, preleciona, o Pontífice, que a gravidade da crise na qual a sociedade se encontra nos obriga, a todos, a pensar no bem comum, prosseguindo pelo caminho do diálogo.

8 Como a derrubada de uma floresta, a desertificação de um território, a destruição da biodiversidade ou o aumento da poluição.

9 Inclusive sentindo-se autorizados a não observar certas normas até se chegar às diferentes formas de criminalidade organizada, tráfico de pessoas, narcotráfico e violência, todas muito difícil de erradicar, segundo o Papa.

7. POR UMA MUDANÇA INDIVIDUAL E COLETIVA

Diante de toda a aprofundada reflexão realizada, o Pontífice considera que, em que pese a necessidade de muitas mudanças na sociedade, a maior delas deve ocorrer no âmbito da humanidade, na consciência dos homens e mulheres que habitam o Planeta. Uma consciência basilar, em suas palavras, permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes de estilos de vida. Conforme Francisco, “surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração”. (PAPA FRANCISCO, 2015, p.155). Nesse sentido, o documento aponta para alguns caminhos, que passam a ser pontuados¹⁰.

1. A busca por um novo estilo de vida, que seja capaz de resistir ao condicionalismo psicológico e social que é imposto pelo mercado de consumo e onde os consumidores possam exercer sua responsabilidade social.

2. Uma nova educação ambiental, onde se inclua uma crítica aos “mitos” da modernidade baseados na razão instrumental (individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras) e venha a recuperar “os distintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com Deus” (PAPA FRANCISCO, 2015, p.160). Nas palavras de Francisco, essa nova educação na responsabilidade ambiental pode incentivar vários comportamentos e hábitos diários, que terão incidência direta e importante no cuidado do meio ambiente. Uma educação onde seja difundido um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza, em contraposição ao modelo consumista, transmitido pelos meios de comunicação social e através dos mecanismos eficazes do mercado.

3. Uma conversão ecológica (no sentido dinâmico de uma mudança duradoura), que, além de individual, se faça em âmbito comunitário. Para tanto, o Pontífice traz várias convicções da fé cristã e lembra do exemplo de São Francisco de Assis.

10 No documento ainda se encontram itens que expressam a fé cristã e que, em razão da natureza deste texto, não serão trazidos à colação. São eles: sinais sacramentais e descanso celebrativo; a Trindade e a relação entre as criaturas; a Rainha de toda a criação; para além do sol e Oração pela nossa Terra.

4. Alegria e paz, refletidas no retorno à simplicidade que, como lembra o Papa, permite saborear pequenas coisas, agradecer pelo que se tem (sem apego) e o não lamento por aquilo que não se possui. Uma vida simples, onde se encontre prazer e felicidade em coisas simples, que não se relacionem ao consumo. Uma integridade da vida humana, onde a humildade, a sobriedade feliz e a paz e harmonia interna estejam sempre presentes.

5. Uma fraternidade universal, que se expressa no amor civil e político, na responsabilidade para com os outros e o mundo, em atitudes de bondade e honestidade. O amor social (nos planos político, económico, cultural) seria a chave do desenvolvimento autêntico e uma norma constante e suprema do agir, nos impulsionando a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma cultura do cuidado que permeie toda a sociedade. Nesse contexto, o Papa destaca as ações comunitárias e de associações que intervêm em prol do bem comum, defendendo o meio ambiente natural e urbano e que buscam a construção de um mundo melhor.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final da exposição sobre (o que consideramos) os principais aspectos da Encíclica *Laudato Si*, que expressam a riqueza teórico-prática do documento, e nos permite compreender as principais questões que perpassam a crise socioambiental na sociedade contemporânea, entendemos que estão postos os caminhos que se colocam para o seu enfrentamento.

Ciente de que tais caminhos se encontram inseridos em uma complexa realidade, pensamos que da análise realizada através daquela Carta é possível se evidenciar o papel de cada um dos atores sociais, em âmbito local, regional, nacional ou internacional no sentido de buscar a mudança do quadro de insustentabilidade socioambiental posto.

É de se reconhecer que, ainda que expressando a orientação de uma religião específica, o documento analisado possui enorme visibilidade mundial, especialmente considerando a importância do Papa Francisco, que, embora a frente de uma Igreja (Católica), vem se revelando um grande líder mundial; o que indica a concreta possibilidade de ser suscitado, em âmbito global, uma reflexão profunda sobre suas ideias expostas naquele documento.

Posto, na *Laudato Si*, um novo, necessário e aprofundado olhar sobre a crise socioambiental posta na sociedade contemporânea, no

cerne da qual todos estamos inseridos, pensamos que, diante das reflexões ali suscitadas, cabe-nos, como acadêmicos e, principalmente, como habitantes do Planeta no século XXI, trazê-las para o nosso cotidiano e ações diárias, de modo a contribuir com a mudança que se deseja ver no mundo, no caminho que já nos foi ensinado por Mahatma Gandhi.

REFERÊNCIAS

PAPA FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si sobre o Cuidado da Casa Comum: Roma. 2015*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em 12 set. 2015

AGÊNCIA ECCLESIA. *Laudato si: Papa ajuda a entender interdependência entre «ecologia» e «pobreza»*. Agência Ecclesia. Portugal, 11 set. 2015. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/laudato-si-papa-ajuda-a-entender-interdependencia-entre-ecologia-e-pobreza/>. Acesso em 20 set. 2015